

CURRÍCULO E FORMAÇÃO DA CIDADANIA: ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA EM FAVOR DA APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA DE RONDÔNIA PELOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA

Silvio Melo do Nascimentoⁱ

Carmen Tereza Velangaⁱⁱ

Rafael Ademir Oliveira de Andradeⁱⁱⁱ

RESUMO: O presente trabalho idealiza uma nova configuração do currículo escolar do ensino fundamental, objetivando a discussão sobre a introdução da disciplina História de Rondônia na grade curricular das séries finais. A pesquisa tem abordagem qualitativa e é do tipo bibliográfico, com procedimentos metodológicos de leitura analítica dos textos sobre o tema. Nessa investigação, constatamos que há uma defasagem de conhecimento por parte dos discentes sobre o passado memorial do Estado. A seleção dos concursos públicos de vagas no serviço estatal inclui nos conteúdos programáticos, questões de história de Rondônia. Observa-se, no entanto, que o rendimento dos alunos no ensino médio tem proporcionado um baixo índice de aprovação. É nítida a deficiência no ensino da disciplina nas escolas públicas, relegando a importância da nossa historiografia ao ostracismo acadêmico, além de sua descontextualização sócio-histórica em função da desestrutura da disciplina no currículo escolar. Os resultados preliminares apontam para a reflexão diante do currículo, que deve ser revisto com o aporte da cultura regional, baseado nas relações diversidade/diferença entre o possível e o desejável em uma comunidade escolar heterogênea.

Palavras-chave: Currículo. Ensino fundamental. História de Rondônia.

Introdução

A construção teórica no domínio do currículo trabalhado na educação básica rondoniana com os alunos do ensino fundamental e médio tem merecido, relativamente, pouca atenção por parte dos educadores, gestores estaduais e municipais. Há tempos, o repensar em organizá-lo no tocante à essencialidade da discussão, acerca do ensino de história de Rondônia nas séries finais do ensino fundamental e no próprio ensino médio, não tem gerado nenhum debate acadêmico de vulto, nem mesmo nas escolas das redes mencionadas.

De forma geral, este trabalho se propõe a debater a inclusão da disciplina História de Rondônia como componente curricular obrigatório nas séries finais do ensino fundamental, dinamizando-a como ferramenta de instrução na formação do aluno rondoniense. Ademais, é útil a logística de pensar a educação da Amazônia sob a perspectiva dos estudos de sua própria identidade, do seu legado cultural, adquiridos a partir da colonização e povoamento.

Em especial, objetiva-se conceber ideias que construam elos para um melhor desempenho do aluno no ingresso no ensino médio. Em um segundo momento, alude-se o problema, sob análise de um quadro desfavorável que o sistema educacional precisa reverter com certa urgência. Por conseguinte, abordamos a necessidade de uma mudança urgente no currículo, refletindo sobre a sua origem e sobre a pertinência da legislação educacional em vigor.

Neste mesmo norte, fundamentamos o caráter de urgência na mudança do currículo, associado às alterações no projeto políticos pedagógico das escolas estaduais e municipais. Apesar de ser insuficiente o número de debatedores ou professores adeptos da proposição para iniciar uma ampla discussão sobre a inclusão da disciplina, de forma explícita e propositada, discute-se abertamente o problema de mudança do currículo, adaptando-o a realidade do Estado.

Ressalta-se a questão que não é propriamente nova na educação rondoniana. O dilema de sucessivas gerações de estudantes de não ter acesso aos estudos sobre a formação história de Rondônia de modo mais completo e com uma carga horária condizente com a quantidade e qualidade que o assunto requer.

Nessa perspectiva, o texto sobre o tema conclui que a inclusão de história regional e da mudança no currículo do ensino fundamental, ganha relevância na medida em que podem oferecer contribuições importantes para a análise das práticas educativas visando a uma melhor compreensão do nossa identidade, formação e do importante papel que as instituições educativas têm frente às diferentes realidades em que vivem os estudantes da escola pública de Rondônia.

Referencial teórico sobre currículo e legislação pertinente

A mudança de grade curricular para adequar o processo de ensino de conteúdos regionais passa obrigatoriamente pelo conhecimento sobre o currículo. O nascimento do termo *curriculum* apareceu pela primeira vez aos olhos dos leitores ingleses nos dicionários *Barclays Universal Dictionary* e *Webster*, em 1856, significando: “[...] uma pista de corrida; um lugar para correr, uma carreta de corrida, um curso em geral; usado especialmente para referir-se a estudos universitários” (MARTINS, 1992, p. 97).

Dessa época em diante, o conceito de currículo evoluiu aos poucos, surgindo inúmeras definições para o seu significado, caracterizados por variações dos significados conforme os autores e de acordo com a época e a ideologia. Segundo VEIGA-NETO (1997, p. 59-60):

Quando, na penúltima década do século XVI, os administradores e professores da Universidade de Leiden, e, logo a seguir, também de Glasgow, começaram a usar a palavra *curriculum* para designar o conjunto de assuntos estudados pelos alunos ao longo de um curso, certamente não imaginavam que estavam instituindo uma novidade que teria desdobramentos tão amplos e profundos no campo educacional.

No “Vale do Madeira”, conforme a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), o governo de Rondônia planejou com eficiência as ações referentes à construção curricular via a Gerência de Educação no ano de 2007, entrando em vigor, parte das atividades, no começo de 2008. Pelas informações da Seduc, os estudos e a concretização destas ações envolveram professores, equipes técnicas das Representações de Ensino e vários encontros, reuniões técnicas, grupos de estudos e seminários.

O objetivo era intensificar os debates e propostas para a construção do Referencial Curricular da Educação Básica das Escolas Públicas do Estado e se adequar às novas exigências da educação. Contudo, aos grupos envolvidos neste processo talvez tenha faltado uma visão mais acurada sobre a importância da história de Rondônia para a formação dos alunos do estado.

Este era o momento crucial para quebra de paradigmas em relação às mudanças curriculares, haja vista que se tratava de inserir nosso passado memorial na grade do ensino fundamental, uma base de importância imensurável na formação do estudante e na sua preparação para ingressar no ensino médio.

Ball (1997) menciona a existência de três contextos na elaboração das políticas educacionais: o *contexto da influência*, o *contexto da produção de textos de política* e o *contexto da prática*. O primeiro – o contexto da influência – é o espaço no qual a política pública em geral se inicia, onde seus discursos são construídos.

Pensar um projeto de educação no contexto de Ball, significa pensar o tipo e a qualidade da escola, a concepção do ser humano e da sociedade que se pretende construir. Esta autonomia faz parte da própria natureza do ato pedagógico, pois a escola é um espaço de preparo para a vida e a função social da mesma é o pleno desenvolvimento do educando. E todo o percurso tem seu ponto de partida com o acesso ao próprio passado, aos fatos marcantes da história de Rondônia, por parte dos educandos.

Algumas mudanças curriculares se sucederam nos últimos anos em nível nacional, tivemos a Lei 10.639 para atender a uma longa espera de educadores de todo país, para ensinar às novas gerações, uma outra história do Brasil, em que se destacou a participação do povo de descendência africana. Deveras justo, sobretudo porque, a parcela de negros e pardos somados chega a cerca de 40% da população brasileira, elevando o país para a categoria de segunda maior população negra do mundo.

Em 10 de março de 2008, a lei 11.645/08 alterou e estabeleceu novas diretrizes e bases à educação nacional, tornando obrigatório a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas salas de aula. No currículo escolar, em tese, passou a ser lecionado no ensino fundamental e no ensino médio, diversos aspectos da história e cultura, que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos, enfatizando contribuições de ambas as culturas, no que se refere às diversas áreas da história do Brasil.

Para a educação estadual seria necessária, além da adequação curricular, a aprovação de uma lei na Assembleia Legislativa com fins de introduzir o componente curricular história de Rondônia, o que iria significar uma grande vitória, na medida em que a história regional passa a ser registradas e contadas por professores, muitos deles nascidos na própria sociedade rondoniana, enriquecendo a identidade regional, e, sobretudo, sua condição étnico-cultural.

Para as escolas e educação em geral, significa também uma conquista, que traz a possibilidade de dialogarmos com a literatura local, apresentando nas salas de aula, novas noções de história, tais como a história oral, onde novos olhares e sujeitos históricos como seringueiros e caboclos ribeirinhos serão introduzidos no contexto educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei 9.394/96) artigo 12, início I, prevê que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, deixando explícita a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa.

Num estado cuja população nascida aqui precisa de algum tempo para formar sua identidade nacional e possa defender os interesses do lugar que lhes serviu de berço, o ensino da história regional ganha uma dimensão maior no contexto educacional. A escolha pelos conteúdos locais é claramente justificada pelos PCNs:

As informações históricas locais relevantes a serem selecionadas expressam, assim, a intencionalidade de fornecer aos alunos a formação de um repertório intelectual e cultural, para que possam estabelecer identidades e diferenças com outros indivíduos e com grupos sociais presentes na realidade vivida — no âmbito familiar, no convívio da escola, nas atividades de lazer, nas relações econômicas, políticas, artísticas, religiosas, sociais e culturais. E, simultaneamente, permitir a introdução dos alunos na compreensão das diversas formas de relações sociais e a perspectiva de que as histórias individuais se integram e fazem parte do que se denomina História nacional e de outros lugares. Os conteúdos propostos estão constituídos, assim, a partir da história do cotidiano da criança (o seu tempo e o seu espaço), integrada a um contexto mais amplo, que inclui os contextos históricos. Os conteúdos foram escolhidos a partir do tempo presente no qual existem materialidades e mentalidades que denunciam a presença de outros tempos, outros modos de vida sobreviventes do passado, outros costumes e outras modalidades de organização social, que continuam, de alguma forma, presentes na vida das pessoas e da coletividade. Os conteúdos foram escolhidos, ainda, a partir da ideia de que conhecer as muitas histórias, de outros tempos, relacionadas ao espaço em que vivem, e de outros espaços, possibilita aos alunos compreenderem a si mesmos e a vida coletiva de que fazem parte. (PCNs História - p.35).

Grosso modo, atualmente a educação de Rondônia se caracteriza por certa exclusão dos conteúdos históricos no currículo. No ensino fundamental não é lecionado nada, não por omissão dos professores que já fazem o impossível para manter um mínimo de condição para o processo de ensino-aprendizagem, mas pela

ausência de políticas educacionais que contemplem e valorizem a história regional no currículo

O currículo, segundo Silva (2005), foi idealizado para produzir efeitos sobre os indivíduos. O autor defende que até mesmo os próprios conhecimentos escolares são processados em conexão com a produção de subjetividades.

Diferentes currículos produzem diferentes pessoas, mas naturalmente essas diferenças não são meras diferenças individuais, mas diferenças sociais, ligadas à classe, à raça, ao gênero. Dessa forma, uma história do currículo não deve ser focalizada apenas no currículo em si, mas também no currículo como fator de produção de sujeitos dotados de classe, raça, gênero. Nessa perspectiva, o currículo deve ser visto não apenas como a expressão ou a representação ou o reflexo de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. O currículo não apenas representa, ele faz. É preciso reconhecer que a inclusão ou a exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade. (SILVA, 2005, p.10)

De fato, historicamente, é possível verificar a ação do currículo escolar como um mecanismo de produção e de diferenciação social, determinando condutas, disciplinando, incluindo e excluindo. Visões favoráveis à flexibilização do mesmo, assim como sua identificação com as demandas sociais pode ser encontrado em Sant'Ana (1995). Segundo a autora, a escola atual visa ao preparo de pessoas para enfrentar as rápidas transformações do mundo globalizado.

Os jovens estudantes e as pessoas de modo geral que frequentam a escola que deveriam aprender e, conseqüentemente, tornar-se aptas a continuar aprendendo sempre. Para a autora, portanto, o currículo atual deve promover não só a aprendizagem de conteúdo e habilidades específicas, mas fornecer condições favoráveis à aplicação e integração desses conhecimentos no cotidiano.

É o caso dos concursos públicos que exigem conhecimentos da história regional. A manutenção do atual currículo, a defasagem dos conteúdos repassada ao aluno em formação o condena à reprovação.

Souza (2000), diz que:

A flexibilização curricular tem como um de seus objetivos a adequação contínua do currículo às mudanças na tecnologia e nas necessidades da sociedade e, portanto, a manutenção de currículos atualizados. Este objetivo pode ser alcançado mantendo-se uma margem alta de disciplinas optativas no currículo, além das disciplinas de livre escolha. Deve-se definir, então, um conteúdo mínimo exigido para o currículo em disciplinas

obrigatórias, e deixar uma boa margem de conhecimentos, atitudes e habilidades para serem exercitados em disciplinas optativas e de livre escolha (SOUZA, 2000).

Segundo o paradigma de Marx (1987), o currículo representa, ainda, a introdução de uma forma particular de vida. É útil em parte, para preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade.

Discussão sobre os fundamentos da mudança na prática

Há pelo menos três razões, eventualmente que podem explicar a ideia de trabalhar a historiografia regional na rede pública. A razão inicial é superar as dificuldades em integrar numa teoria histórica extensa, complexa e muito diversificada, o desenvolvimento da história do Estado, desde o povoamento, passando pelos fatos que contribuíram decisivamente para a anexação do território espanhol ao Brasil.

Entre eles, a construção do Real Forte do Príncipe da Beira como consequência direta do ciclo do ouro no século XVIII. A fortaleza iniciou um dos primeiros processos de colonização do espaço físico que constitui o atual território de Rondônia. A épica Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que entre os séculos XIX e XX rasgou o coração da selva amazônica, ao custo de milhares de vidas e que em 2012 se torna centenária, também é indubitavelmente relevante para historiografia de Rondônia e do Brasil.

A segunda razão está imbricada na formação populacional. Conhecer a colonização do Estado é entender a formação da própria identidade étnica, sobretudo porque a população de filhos nascidos neste estado começa a tomar forma dentro dos padrões ufanistas neste início de século XXI. Por ser um estado novo, criado em 1943, a maioria do povo é resultado da integração entre indivíduos de várias regiões do Brasil inseridos nas rotas sucessivas de imigração surgidas a partir dos ciclos econômicos.

A terceira razão está no fato do desprezo das entidades responsáveis pela organização da educação curricular em manter na grade a disciplina História de Rondônia apenas no último ano do ensino médio. Nos Institutos Federais, a

disciplina sequer é oferecida aos estudantes, o que fatalmente contribui para uma lacuna no processo de formação destes discentes.

A valorização do trabalho com a história local está bem definida nos PCNs:

Ao se recuperar esses materiais, que são fontes potenciais para construção de uma história local parcialmente desconhecida, desvalorizada, esquecida ou omitida, o saber histórico escolar desempenha um outro papel na vida local, sem significar que se pretende fazer do aluno um “pequeno historiador” capaz de escrever monografias, mas um observador atento das realidades do seu entorno, capaz de estabelecer relações, comparações e relativizando sua atuação no tempo e espaço. A escolha metodológica representa a possibilidade de orientar trabalhos com a realidade presente, relacionando-a e comparando-a com momentos significativos do passado. (PCNs História - p.31).

Não basta, no entanto, constatar ou impor este tipo de mudança aos professores, malgrado se tratar de apropriação da nossa história. As relações verticais dos órgãos oficiais com as escolas, nos processos de implementação das novas propostas pedagógicas, jamais poderão cercear as opiniões críticas dos professores, dificultando alterações necessárias aos processos curriculares.

A situação atual das grades curriculares do ensino básico no Estado de Rondônia valoriza pouco o conjunto de assuntos sobre a historiografia regional. Nas séries iniciais do ensino fundamental o professor trabalha pequenos recortes de conteúdos sobre a história do Estado enfrentando inicialmente, inúmeras dificuldades de se conseguir materiais para pesquisa.

Malgrado a produção bibliográfica seja pequena, há algumas publicações que já atende a pesquisa escolar, entretanto, a falta de investimentos no setor educacional no que se refere a ausência de livros nas escolas pública é o principal entrave. Os professores devem estimular os alunos a reescrever os conhecimentos familiares, saberes locais, mitos da região onde vivem e fazem parte do imaginário do povo amazônico, preservar costumes e transmitir lendas e contos aprendidos em casa das inúmeras histórias contadas pelos soberanos mais velhos.

Nas series finais do ensino fundamental, o ensino regional, efêmero e sem planejamento, ocorre por iniciativa particular do professor. O mais grave é porque os livros didáticos de história vêm com uma quantidade de conteúdos muito além da carga horária disponível, somando-se as dificuldades de pesquisas bibliográficas já

citadas acima, além da obrigatoriedade de se introduzir os conteúdos relacionados à África que é obrigatório por Lei Federal, já citada neste texto.

Com o espaço restrito e com gama de dificuldades impostas ao trabalho docente, resta ao professor assumir por iniciativa própria a possibilidade de lecionar de forma limitada, apenas conteúdos que têm ligação direta com temas relevantes dos livros didáticos como por exemplo, o segundo ciclo da borracha, ligado diretamente à Segunda Guerra Mundial.

No ensino médio regular, em três anos de curso, a disciplina História de Rondônia é lecionada apenas no terceiro ano do curso e com uma carga horária anual de 40 horas, deveras insignificante se levarmos em consideração que os concursos públicos realizados no Estado e nas prefeituras exigem conhecimentos da disciplina como parte da seleção para aprovação dos candidatos.

O nível de conhecimento do aluno quando conclui esta última etapa da educação básica é insuficiente. Cabe aos professores promover o debate sobre a função da escola e da necessidade da mudança no currículo escolar de modo a levar em conta as implicações sociológicas, políticas, culturais e históricas que o ensino da história de Rondônia pode mudar, ou seja, sem abandonar as diversas situações referenciais sobre conteúdos diferenciados do cotidiano da escola, do fazer docente, e não as considerando menos importantes.

Outra questão de importância é sobre a formação dos professores. Vários docentes de história são oriundos de outros estados e lecionam sem o conhecimentos adequados para dominar a matéria e mediá-la com seus alunos. Não existem cursos de formação na área, excetuando os ministrados pelo Governo do Estado para um público seletivo e geralmente de curta duração.

Nos municípios a situação é mais grave, pois há um abandono total das escolas públicas por parte de gestores. Assim, a introdução da disciplina história de Rondônia no ensino fundamental só alcançará o sucesso desejado se for organizado com força de lei associada às políticas de formação dos professores, aptos a atuarem com a competência necessária que o componente curricular exige.

Proposta de transformação da subjetividade da práxis

Embora seja reconhecido por vários historiadores e profissionais em educação que atuam nas esferas do ensino público, que dentro dos padrões de docência atual, aprender história de Rondônia é uma condição necessária para o desenvolvimento e formação mais completa do aluno, nenhuma mudança curricular foi idealizada para que, entre outros objetivos, propicie acesso ao saber para os que almejam a aprovação nos concursos públicos.

O tema não provoca a veemência de abordagem que se espera nos círculos inerentes à formação de professores na seara da cultura regional. Incluem-se neste rol, os cursos de graduação em pedagogia, história e ciências sociais, certamente, motivados pela ausência de uma abordagem mais incisiva sobre a temática na própria Universidade Federal de Rondônia ou nas faculdades privadas.

De fato, numa teoria da chamada aprendizagem das ciências humanas pelos alunos, é preciso ter em conta propostas curriculares conectadas às políticas públicas de valorização da memória local e que o ensino e outras contribuições que vão desde as perspectivas históricas regionais até ao conjunto de conhecimentos que se relacionam com a evolução político-social, deve ter seu lugar de destaque no currículo escolar em todos os níveis de estudo.

Cabe-nos salientar que a escola, ao desenvolver a disciplina com conteúdos regionais, também incentiva o trabalho literário dos autores locais, com diferentes conhecimentos e valores locais. Entre às modificações necessárias, exige-se a construção de alterações do Projeto Político Pedagógico das escolas via intervenções essenciais à adaptação curricular para formação da grade e do plano de ensino disponibilizados aos professores e alunos.

A linha constitutiva do projeto político-pedagógico deve estar assentada na análise do contexto sócio-político da região e na realidade interna de cada escola. Sobre esse aspecto assim se posiciona Aguilar:

Sistematizar um Projeto Pedagógico em um contexto institucional cria espaços para que os agentes do processo educativo definam o conhecimento a ser produzido e socializado, assim como as metodologias mais apropriadas para seu desenvolvimento. (AGUILAR, 1997, p. 10)

De algum modo, pode ser desencorajador para um professor ter que enfrentar tantos obstáculos teóricos e, após um enorme esforço de pesquisa e preparação de

aulas com o discernimento das dificuldades em se obter recursos didático-literários regionais, vir eventualmente a constatar que seu esforço não é tão considerado.

Nessa dinâmica além do material instrucional escrito que começa deixar de ser a única ferramenta auxiliar no processo ensino-aprendizagem, estão sendo utilizados materiais tutelados por diferentes tecnologias e mídias e que vem com uma função ampla e diferenciada, até mesmo, em muitos casos, de substituir a explicação do professor.

Considerações Finais

A escola é uma das instituições sociais mais comprometidas com a transmissão de uma memória histórica regional reconhecida como necessária a todos para manter viva a própria formação da sociedade. Os currículos escolares são a face mais visível da presença do Estado na educação. É por meio deles que se definem sentidos, conteúdos, práticas e metas a se alcançar. Segundo a historiadora Katia Abud:

"Os currículos são responsáveis, em grande parte, pela formação e pelo conceito de História de todos os cidadãos alfabetizados, estabelecendo, em cooperação com a mídia, a existência de um discurso histórico dominante, que formará a consciência e a memória coletiva da sociedade."

É de um novo currículo com lugar cativo para nossa história regional que o povo de Rondônia, herdeiro de uma historiografia de importância impar, necessita, até para que seus filhos obtenham na escola uma formação adequada e se tomem posse da própria história, como forma de preservar o conhecimento construído durante séculos pelos antepassados e mantê-lo vivo para transmiti-lo às futuras gerações.

A sociedade rondoniense, neste início do século XXI, deve propiciar uma reflexão sobre a presença das forças históricas no espaço da educação para o processo de construção da identidade e da cidadania rondoniense nas escolas. Acreditamos que, colocar em evidência na sala de aula a história de Rondônia, permitirá aos alunos superar o esquecimento do passado e alimentar a luta pela efetividade dos diferentes saberes que normatizam a vida escolar contemporânea.

Pode-se, assim, agregar a história de Rondônia como disciplina básica, traduzida no direito ao estudo das tradições e garantir o respeito ao nosso passado, na sociedade amazônica ainda neste milênio.

REFERÊNCIAS

- ABUD, K. **Currículos de História e Políticas Públicas: os programas de História do Brasil na Escola Secundária**. In: BITTENCOURT, C. (org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 1997.
- AGUILAR, L. E. **A gestão da educação: seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais**. Texto apresentado no III Congresso Latino-Americano de Administração da Educação – 21-25 de julho de 1997. Unicamp – São Paulo, Brasil.
- BALL, S. **Cidadania Global, Consumo e Política Educacional**. In: SILVA, L.H., (1998). **A Escola Cidadã no contexto global**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**, Ensino Fundamental, 1a à 4a séries e 5a à 8a séries, História, 1997.
- MARTINS, Joel. **Um enfoque fenomenológico do currículo: educação como poíesis**. São Paulo: Cortez, 1992.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 6.ed. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- MENEZES, Esron Penha de. **Retratos para a história de Rondônia**. Porto Velho: Rondoforms Indústria Gráfica Ltda, 2001.
- RONDÔNIA, Governo do Estado de. **Referencial curricular do ensino fundamental**. Porto Velho: Seduc, 2012.
- SANT'ANNA, Flávia Maria et all. **Planejamento de Ensino e Avaliação**. Porto Alegre: Sagra-DC-Luzzatto, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Territórios contestados**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- SOUZA, Antônio Cláudio Gomes de. **Uma Estrutura Curricular Flexível e Dinâmica**. In: Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, 28., 2000, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: COBENGE, 2000.

VEIGA-NETO, A. **Currículo e interdisciplinaridade**. In: MOREIRA, A. F. (Org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 59-102.

NOTAS

ⁱ Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Rondônia. Bolsista CNPq, CAPES. Contato em silviomellon@hotmail.com

ⁱⁱ Doutora em Educação: Currículo (PUC/SP), vinculada ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e ao Mestrado em Educação (Campus de Porto Velho/UNIR). E-mail: carmenvelanga@gmail.com

ⁱⁱⁱ Graduado em Ciências Sociais e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Rondônia. Bolsista CNPq, CAPES. Contato em rafael_ademir@hotmail.com